

MENSAGEM DA APAE (1963-1973): EDUCAR OS PAIS PARA EDUCAREM OS EXCEPCIONAIS

Giovani Ferreira Bezerra¹

Universidade Federal da Grande Dourados

RESUMO

Este texto aborda o impresso periódico *Mensagem da APAE* (1963-1973) para compreender e explicar, na relação entre textualidade e materialidade, o papel atribuído aos familiares de excepcionais. Trata-se de um estudo histórico e Chartier é tomado com a principal referência. Os resultados indicam que o destaque à família como instância educativa para o excepcional endossava a representação de que, ao menos paliativamente, quaisquer agentes poderiam educar as pessoas com deficiência desde que estivessem sensibilizadas para essa tarefa, sob o lema apaeano do “mais amor e compreensão”. Ademais, entre as décadas de 1960 e 1970, as APAEs partiam do pressuposto da higiene social e mental. No caso dos excepcionais, essa abordagem filantrópica foi adotada como estratégia para justificar a necessidade de assistência e educação aos excepcionais, não só pela sua presumida cientificidade, mas também pelo fato de que se coadunava com a moral conservadora que embasava as representações apaeanas em voga.

Palavras-chave: Filantropia; família; impresso periódico; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Educação não escolar.

MESSAGE DA APAE (1963-1973): EDUCATING PARENTS TO EDUCATE THE EXCEPTIONAL

ABSTRACT

This text deals with the periodical publication *Mensagem da APAE* (1963-1973) in order to understand and explain, in the relationship between textuality and materiality, the role assigned to the relatives of exceptional people. It is a historical study and Chartier is taken as the main reference. The results indicate that the emphasis on the family as an educational instance for the exceptional endorsed the representation that, at least palliatively, any agents could educate people with disabilities as long as they were sensitized to this task, under the apaean motto of "more love and understanding". Moreover, between the 1960s and 1970s, the APAEs assumed social and mental hygiene. In the case of the exceptional, this approach was adopted as a strategy to justify the need for assistance and education for the exceptional, not only for its presumed scientific nature, but also for the fact that it was consistent with the conservative morality that underpinned the apaean representations in vogue.

Keywords: Philanthropy; family; periodical print; Association of Parents and Friends of the Exceptional; non-school education.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Professor na Faculdade de Educação da UFGD e no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação na mesma instituição (PPGEdu/FAED/UFGD), Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Endereço para correspondência: Rua Nini Mattos França, número 150, casa 02, Parque do Lago I, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, CEP: 79822-213. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4710-3897>. E-mail: gfbzerra@gmail.com.

MENSAGEM DA APAE (1963-1973): EDUCAR A LOS PADRES PARA EDUCAR A LOS EXCEPCIONALES

RESUMEN

Este texto aborda la publicación periódica *Mensagem da APAE* (1963-1973) para comprender y explicar, en la relación entre textualidad y materialidad, el papel asignado a los familiares de personas excepcionales. Es un estudio histórico y se toma a Chartier como referencia principal. Los resultados indican que el énfasis en la familia como instancia educativa de la excepcionalidad avaló la representación de que, al menos de forma paliativa, cualquier agente podría educar a las personas con discapacidad siempre que estuvieran sensibilizados para esta tarea, bajo el lema apaeano de “más amor y comprensión”. Además, entre las décadas de 1960 y 1970, las APAEs asumieron la higiene social y mental. En el caso de lo excepcional, este enfoque se adoptó como una estrategia para justificar la necesidad de asistencia y educación para lo excepcional, no sólo por su presunto carácter científico, sino también por el hecho de que era coherente con la moral conservadora que sustentaba las representaciones apaeanas en boga.

Palabras clave: Filantropía; familia; impresión periódica; Asociación de Padres y Amigos de los Excepcionales; educación no escolar.

INTRODUÇÃO

Em 1954, unindo princípios da filantropia, do pragmatismo estadunidense e a partir dos caminhos anteriormente abertos, no Brasil, pela atuação de Helena Antipoff junto às Sociedades Pestalozzi², surgiu a primeira Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE), na cidade do Rio de Janeiro, capital do país naquela época (Bezerra, 2020a). Citam Jannuzzi e Caiado (2013, p. 4) que “Em 1954, foi criada a primeira APAE, que, entre 1954 e 1974, se expandiu para 198 unidades em 16 estados”, o que evidencia um rápido crescimento e capilaridade a partir de estratégias institucionais bem demarcadas pelos apaeanos, inclusive por alianças com a ditadura civil-militar (1964-1985) (Cf. Bezerra, 2020b). Isso se deu mediante a sensibilização da sociedade, sobretudo dos pais, de políticos e de profissionais da saúde e da educação sobre a temática, sempre apresentada e representada como um problema nacional (Bezerra, 2017). “Ao ser criada, a APAE mostra-se voltada a todas as deficiências, mas logo começa a centralizar-se na deficiência mental, conceituada de modo amplo, embora já existisse entre nós o alerta para os possíveis vieses das diferenças culturais” (Jannuzzi; Caiado, 2013, p. 32).

Sobre a influência estadunidense, é preciso dizer que a APAE foi baseada na *National Association for Retarded Children* (NARC)³, ocupando um espaço que ainda não

² Helena Antipoff (1892-1974), psicóloga e educadora de origem russa, ficou conhecida no Brasil por seus trabalhos na área da Educação Especial. Ela destacou-se como uma das fundadoras da Sociedade Pestalozzi em nosso país. Para maiores esclarecimentos, conferir Rafante (2011).

³ A NARC surgiu em 1950, nos Estados Unidos da América (EUA), fundada por pais, amigos e familiares de pessoas com deficiência intelectual, a fim de promover e apoiar a educação e a assistência dessas pessoas, que não encontravam

fora sequer assumido pelo Estado brasileiro, qual seja, a educação dos excepcionais, em particular os então chamados de “retardados mentais”⁴. Além disso, pelo menos em seus primórdios, sob o influxo do “americanismo”, recebeu ajuda intelectual e financeira de estadunidenses, sendo os Estados Unidos da América (EUA) país tomado como referência pelos apaeanos em sua atuação. O casal Bemis, membro do corpo diplomático dos EUA no Brasil, na década de 1950, apoiou a instituição no início, posto que tinham sido sócio-fundadores da NARC e, ao chegarem ao Brasil, trataram de apoiar e promover iniciativa similar, especialmente por terem, também, uma filha com Síndrome de Down (BEZERRA, 2017). Na imprensa da época, várias notícias e informes foram dados sobre o trabalho dos Bemis no Brasil, em articulação com a APAE. Como exemplo, transcrevem-se trechos publicados na então muito popular revista *Careta*⁵:

Cerca de 50.000 pais formaram, nos Estados Unidos, sob o título de “Associação Nacional Pró Crianças Retardadas”, a maior organização de proteção a crianças mentalmente retardadas. A exemplo daquele país, teve início em nosso meio movimento de pais que se propõem a seguir o mesmo programa, visando, sem ajuda oficial, o bem-estar da criança “excepcional”. Oitenta pais já estão organizando campanha educativa, no sentido de conjugar o maior número possível deles para tomar parte na “Associação de Pais de Crianças Excepcionais”.

No Brasil, foi esta ideia lançada há alguns anos pela sra. Helena Antipoff, mas só agora tornou realidade com a colaboração da sra. Beatriz Bemis, a qual já fundou nos Estados Unidos 250 associações semelhantes.

[...]

A Sociedade Pestalozzi do Brasil, a Associação Brasileira de Educação e a Associação Brasileira de Ajuda ao Menor, instituições educativas que se mantêm na vanguarda desses movimentos entre nós, promoveram reunião de pais de “crianças excepcionais” para apresentar-lhes o professor George W. Bemis, o qual, na qualidade de membro da “National Association for Retarded Children” [NARC], esboçou o programa e o objetivo das associações de pais dos Estados Unidos (Alexandrina, 1954, p. 26-27).

suficiente respaldo da ação comunitária e governamental naquele país. Atualmente, é designada como *The Arc of the United States (The Arc)* (Cf. History...2016).

⁴ Utiliza-se, neste trabalho, o termo excepcional conforme sua representação difundida pelas APAEs e sua Federação Nacional, em que pesem as críticas recebidas por essa designação hodiernamente. Sendo este um trabalho com caráter histórico e com foco na atuação dessas instituições, deve-se retomar a nomenclatura da época, sob o risco de, ao não fazê-lo, incorrer em anacronismo. Embora, na acepção original, esse termo englobasse não apenas o que hoje se denomina como deficiência intelectual, mas as outras deficiências e até mesmo a superdotação, seu uso pelas APAEs, que, historicamente, direcionaram suas práticas institucionais aos sujeitos “deficientes” e, a fortiori, àqueles com deficiência intelectual, acabou associando a palavra excepcional a essa condição em particular. Da mesma forma, deve-se entender o uso de “retardo mental” ou “retardamento mental” em alusão ao que, atualmente, entende-se como deficiência intelectual.

⁵ A *Careta* foi uma “revista ilustrada semanal fundada por Jorge Schmidt na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 6 de junho de 1908, e extinta em novembro de 1960” (Silva, 2018, *on-line*). Segundo Malta (2008, p. 377), “A revista *Careta* foi bastante popular e teve longa duração na história da imprensa brasileira.” Por isso, a escolha dessa fonte complementar neste artigo.

Além disso, nos primeiros anos, os apaeanos receberam ajuda do chamado Ponto IV. Reportagem publicada no periódico carioca de circulação nacional, o *Correio da Manhã*, citou, em 1957, que “A Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais [...] recebe uma pequena verba da PDF [Prefeitura do Distrito Federal], assistência do Ponto IV e de um grupo de associados que concorrem com a importância de Cr\$ 240,00 anuais” (Nove..., 1957, p. 3). O Ponto IV foi um

Programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos proposto pelo presidente norte-americano Harry Truman em seu discurso de posse, em janeiro de 1949. Recebeu esse nome por ser o quarto ponto do discurso presidencial.

O Ponto IV no Brasil foi estabelecido através da assinatura de dois acordos com o governo norte-americano: o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 19 de dezembro de 1950 e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais, de 30 de maio de 1953.

Os programas estabelecidos pelo Ponto IV procuraram abranger as áreas de economia, administração pública, administração orçamentária e financeira, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, educação, transportes e outras.

[...]

O Ponto IV foi considerado por muitos políticos, educadores e intelectuais como um instrumento de controle político e ideológico dos Estados Unidos sobre o Brasil. Argumentavam os críticos do programa que os planos elaborados não aproveitavam os técnicos brasileiros, mais afeitos aos problemas nacionais. Chamavam também atenção para as exigências descabidas dos norte-americanos, como a de controle fiscal e de acesso a informações e documentos oficiais. Finalmente, denunciavam os financiamentos condicionados à compra de material norte-americano, chegando a declarar que os acordos assinados com os Estados Unidos constituíam um atentado à segurança nacional (Ponto IV, 2009, n.p.).

Do ponto de vista identitário, enquanto as Pestalozzi se concentravam mais no domínio técnico-pedagógico e na educação especializada formal, de orientação europeia, a nascente APAE visou à atenção aos familiares e à mobilização da opinião pública, pelo que, ao longo do tempo, acabou mais conhecida nas diversas esferas sociais, ocupando-se, subsidiariamente, em seus primeiros anos, da educação escolar propriamente dita dos “retardados”. Novamente, recorrendo a Jannuzzi e Caiado (2013, p. 32-33), “Ainda que sua primeira atividade tenha sido montar duas classes especiais para vinte crianças na sede provisória, no Rio de Janeiro, está [a APAE] mais preocupada, neste período, com a educação informal [...]”. Em comum entre ambas, “É importante notar o nascimento dessas duas entidades [Pestalozzi e APAE] em estruturas sociais já organizadas e com

objetivos bem definidos: a primeira com profissionais da educação e a segunda com famílias e pessoas envolvidas com a questão” (Jannuzzi; Caiado, 2013, p. 4-5).

No caso das APAEs, seu rápido crescimento levou, em 1962, à emergência da Federação Nacional das APAEs, oficializada em 1963, a qual passou a representar as diversas APAEs nacionalmente (Bezerra, 2017; Jannuzzi; Caiado, 2013). Com a Federação, houve a edição de impressos vários de caráter educativo sobre a excepcionalidade, *imprimindo-se e difundindo-se*, assim, uma nova *sensibilidade e materialidade* em torno da problemática dos excepcionais. Nos dizeres do apaeano Clemente Filho (1964, p. 58-59, grifos meus),

A Federação Nacional das APAEs, que congrega as instituições que no Brasil cuidam do problema do retardado mental, avoca para si a tarefa de publicar e distribuir folhetos e livros que instruem, orientem, eduquem, livros para o público, livros para os pais dos retardados, livros para técnicos, livros para os retardados... Há um trabalho imenso a fazer, será necessário criar um fundo editorial, se não se conseguir canalizar recursos especiais do governo federal para essa tarefa.

Assim é que surge, em janeiro de 1963, o impresso periódico *Mensagem da APAE*, voltado para pais de excepcionais, dirigentes e membros das APAEs já espalhadas pelo país, bem como a profissionais que eram ou que desejassem se especializar nesse público, tais como médicos e professores. O primeiro diretor da publicação, o apaeano Wanderley Nogueira da Silva registrou, no primeiro número do impresso, o seguinte:

Aqui está, prezado amigo, o primeiro número de nossa ‘Mensagem’, órgão da Federação Nacional das APAEs. Não cabe, neste pórtico, a fixação de um programa. Obviamente, ‘Mensagem’ se destina a congraçar as APAEs de todo o Brasil, através de um noticiário efetivo de suas realizações, abrigando debates e focalizando trabalhos capazes de trazer maior luz aos nossos problemas, possibilitando, assim, a indispensável objetividade às providências de caráter médico e social que nos atribuímos. Mensagem, cuja distribuição terá âmbito nacional, representa a nossa intenção em manter bem vivo o espírito que nos move, oferecendo as suas páginas a todos que quiserem [sic] conosco colaborar (Silva, 1963, p. 1, grifo meu).

Até 1973 esse impresso foi editado com características comuns, que levaram Bezerra (2017) a designar esse interstício (1963-1973) como fase inicial do periódico, sendo que este continuou, em 1974, a partir de novo projeto editorial e gráfico, existindo, tendo passado por diversas reconfigurações até o presente (2023).⁶ Em que pesem as eventuais

⁶ A última edição do periódico, lançada apenas em formato digital, é de 2022 (*Mensagem da APAE*, 2022).

interrupções e atrasos editoriais, o fato de ser, historicamente, um dos impressos mais longevos, talvez o mais duradouro no campo da educação de excepcionais/pessoas com deficiência, justifica o investimento de estudos históricos a seu respeito, como o que ora é apresentado. Tais pesquisas podem propiciar importantes chaves de leitura para se compreender e explicar a própria História da Educação Especial no país, desde a segunda metade do século XX. Espera-se, pois, contribuir, minimamente, nessa direção.

MENSAGEM DA APAE: CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS SOBRE A PRIMEIRA FASE

Neste texto, essa primeira fase é estudada justamente para se discutir uma das estratégias editoriais (Chartier, 2002a) dos apaeanos mediante seu impresso (1963-1973), qual seja, a promoção da educação de pais de excepcionais ou, pelo menos, dos pais de excepcionais que pertenciam a uma classe média e/ou alta e que demandavam essa literatura, capaz de ampará-los na educação dos filhos excepcionais. Esses pais letrados, a partir da apropriação do impresso (Chartier, 1990, 1991), poderiam, por sua vez, atuar como multiplicadores em suas localidades, abrindo novas APAEs ou, pelo menos, orientando as demais famílias, de uma perspectiva caritativa e associativa, mobilizando a opinião pública a partir dos valores da moral apaeana que se forjava. Afinal, segundo a filosofia da recém-criada entidade:

Por que apregoar, insistir mesmo na criação de novos grupos de pais, isto é, de novas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais?

Porque a experiência de mais de 20 países nos mostra o valor e a necessidade destas associações.

As APAEs são eco das vozes de criaturas humanas, que, através dos séculos sofreram – e que não mais deverão sofrer – ver seus filhos relegados ao esquecimento, postos à margem da vida, quando não ridicularizados.

É o movimento das Associações de Pais que agita o problema do infradotado; são os pais que devem exigir dos governos melhores possibilidades de tratamento, de ensino, de orientação, enfim: condições de vida mais humanas para seus filhos (Estrazulas, 1963, p. 2, grifos meus).

É este um dos pontos fundamentais das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – criar, antes de tudo, a *mentalidade para a criação de numerosos agrupamentos de pais de excepcionais*, como os que existem em quase todos os países adiantados para enfrentar, decididamente, as causas, a prevenção, a orientação pedagógica, a *terapêutica ocupacional* [...] (Xavier, 1963, p. 2, grifos meus).

Havia, portanto, um leitor implícito do impresso *Mensagem da APAE*, bem como um papel estratégico dessa publicação (Chartier 1990, 1991, 2002a,b, 2011), a qual permitiu, em grande medida, que a Federação Nacional e suas orientações chegassem aos diversos associados, em diferentes lugares do país, em sua dimensão educativa, sob diversas *mediações editoriais*. Sobre sua primeira fase, Bezerra (2017) apresenta a seguinte compilação:

Quadro 1: Números da primeira fase de *Mensagem da APAE* (1963-1973)

Ano ou volume de <i>Mensagem da APAE</i>	Número(s)	Período	Ano de publicação
Vol. I ⁷	1	jan.	1963
Vol. II	2	[fev.] ⁸	1963
Vol. I	3	[mar.]	1963
Vol. I	4	[abr.]	1963
Vol. 1	5	[maio]	1963
Vol. 1	6	[jun.]	1963
Ano II	1	jan.- mar.	1964
Ano II	2	abr.- jun.	1964
Ano II	3	jul. - dez. [set.]	1964
Ano II	4	out. - dez.	1964
Ano III	1 a 4	jan. - dez.	1965
Ano IV	1 a 4	jan. - dez.	1966
Ano V	1	jan. - mar.	1968
Ano V	2	abr. - jun.	1968
Ano V	3	jul. - set.	1968
Ano V	4	out. - dez.	1968
Ano VI	5	out. - dez.	1969
Não indicado	Não indicado	Não indicado	[1972?]
Não indicado	Não indicado	Não indicado	1973

Fonte: Bezerra (2017).

⁷ Conforme aparece registrado no periódico.

⁸ O uso dos colchetes para demarcar o mês ou ano de publicação é aqui adotado conforme recomenda a Norma Brasileira (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) 6023, de 2018, versão corrigida 2, 2020 (ABNT, 2020).

Ainda segundo Bezerra (2017, p. 21), em sua primeira fase, em que pesem algumas diferenças entre os números, *Mensagem da APAE* apresentou, como critérios aglutinadores:

[...] uso exclusivo do preto e branco nas páginas internas, pouco investimento na diagramação e nos recursos gráficos empregados, periodicidade não regular, uso escasso de fotografias ou ilustrações, predomínio da organização do espaço textual em uma só coluna na mancha gráfica, dificuldades em manter uma mesma proposta editorial ao longo desses anos e propagandas somente em alguns números.

Do ponto de vista temático, nesse período, *Mensagem da APAE* esteve empenhada em promover a educação e sensibilização dos pais de excepcionais e, por extensão, da sociedade, bem como abordou a problemática da educação dos técnicos especializados. Ao fazê-lo, o impresso mobilizou uma série de estratégias editoriais que passam a ser doravante analisadas, considerando, especificamente o caso dos pais. O embasamento teórico-metodológico da pesquisa histórica, fruto de uma tese de doutoramento em Educação, dá-se a partir de Roger Chartier. Para o autor, é preciso considerar, na análise do impresso, a relação entre textualidade e materialidade (2002a,b, 2007). É essa a premissa que move toda a análise seguinte. Afinal, “Contra uma definição puramente semântica do texto, é preciso considerar que as formas produzem sentido [...]” (Chartier, 1991, p. 178).

MENSAGEM DA APAE: PRÁTICAS, DISCURSOS E REPRESENTAÇÕES EDITORIAIS

Em sua abordagem pedagógica, os apaeanos entendiam que, para viabilizar a educação dos excepcionais “deficientes mentais”⁹, era fundamental, também, educar os pais e a sociedade para que pudessem desempenhar o papel de agentes educativos desses sujeitos. Assim, poder-se-ia ampliar o trabalho pedagógico-terapêutico realizado nas instituições especializadas e continuá-lo no lar, na comunidade e no trabalho que porventura viesse a ter o excepcional. Aliás, as APAEs tiveram, desde o princípio, esse foco, com vistas a esclarecer os pais sobre a excepcionalidade e torná-los, como disse Krynski¹⁰ (1964, p. 14), “[...] ‘unidades de tratamento’ na complexa terapêutica dos seus

⁹ Nomenclatura adotada no período visado por este texto. Atualmente, para o mesmo público, emprega-se pessoa com deficiência intelectual.

¹⁰ Krynski era “[...] médico psiquiatra, então, muito conhecido” (Jannuzzi; Caiado, 2013, p. 11). Integrante da APAE.

filhos”. Essa prática possibilitaria, ainda, que os pais aceitassem melhor a condição de seus filhos e se tornassem engajados na vida comunitária das associações, estabelecendo com elas um vínculo de complementaridade e dependência, o que fortalecia as APAEs e assegurava sua expansão. Em contrapartida, estas trariam a segurança tão almejada para os excepcionais e prolongariam o cuidado familiar, sob o lema do “mais amor e compreensão”. No dizer da apaeana Estrázulas (1963, p. 2, grifos meus),

Exaltando a importância da formação de novas APAEs, devemos salientar que o maior benefício para os pais, ao se reunirem em grupos, é a melhor compreensão de seus problemas e a aceitação do fato de ter um filho excepcional.

Ao se encontrarem com outros pais, que sofrem as mesmas ansiedades, sentem de repente, que não estão sós. E falam a mesma língua.

As Associações de Pais suplementam o trabalho dos médicos, psicólogos, professores, etc.; auxiliam pais e amigos de excepcionais a tratá-los com amor e compreensão.

Procuram promover atividade para as horas de lazer.

Estimulam, patrocinam e divulgam notícias sobre as mais recentes pesquisas feitas neste campo.

Criam e auxiliam instituições particulares e oficiais.

Estas são algumas das muitas vantagens, que podem beneficiar grupos de pais, ligados pelo mesmo interesse e movidos pelo mesmo ideal!

Qual o pai que não visa melhor condição de vida para o futuro de seu filho excepcional?

Qual a mãe que – ao pensar no futuro distante – não sente dentro de si uma força irresistível, que a impele para a conquista de algo vital para ela: a segurança de seu filho muito amado?

Caro amigo, funde uma Associação de Pais em sua cidade e lute pelo seu filho excepcional!

Outrossim, havia uma motivação de ordem financeira nessa proposta educativa, além de se almejar a estabilidade familiar e a “terapêutica social” (Krynski, 1964; Oliveira, 1969). Os apaeanos, como Krynski (1964, p. 14), entendiam que era imprescindível a “[...] preparação dos pais e familiares da criança deficiente. Preparo com relação aos aspectos sócio-econômicos - não raro toda a estrutura econômica da família desmorona face ao problema do filho deficiente – preparo com relação aos aspectos afetivos, e de assistência”. Sem o devido apoio, os pais acabavam deixando seus empregos para cuidar do filho “deficiente” e passavam a viver em função deste, situação que redundava em conflitos familiares, desajuste emocional no lar, empobrecimento e tensões sociais. Nesse contexto, as APAEs poderiam ser as grandes educadoras comunitárias, assistindo as famílias em seu processo de ajustamento ao problema do excepcional. Havia, portanto, o objetivo de disseminar uma dada moralidade.

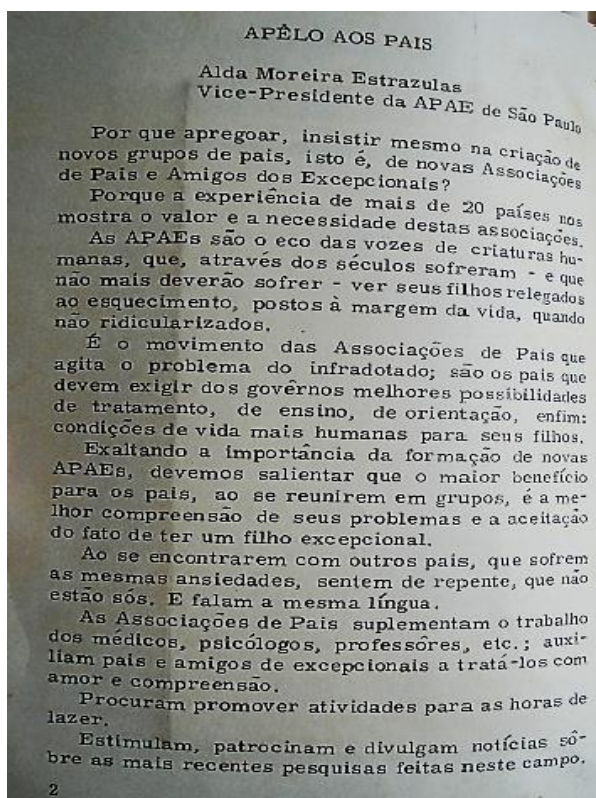
Por isso, a ênfase na educação e envolvimento dos pais esteve presente em várias publicações apresentadas em *Mensagem da APAE* na primeira fase, haja vista que as APAEs estavam sendo constituídas e se tornando conhecidas pela sociedade brasileira. Assim, era uma estratégia declarada dos apaeanos tentar reunir o maior número possível de pais em torno da causa filantrópica do excepcional, inclusive por meio de suas publicações institucionais. Conforme as orientações da Federação, “As APAEs devem fazer preleções e distribuir boletins de esclarecimento aos pais, para que os mesmos possam ir conhecendo o problema da deficiência mental e acompanhar o trabalho dos técnicos” (SEIXAS, 1969, p. 148). Já no ano de lançamento de *Mensagem da APAE*, em 1963, chama a atenção o fato de que, das seis edições do periódico, três delas trouxeram textos explicitamente com tal enfoque, a saber: *Apelo aos pais* (Estrázulas, 1963), disposto no número inaugural do impresso; *A formação de novas APAEs* (Xavier, 1963), no número 3 do mesmo ano; e *Como surge uma Associação de Pais e Amigos de Excepcionais* (Como Surge..., 1963), no número 5. Os dois primeiros textos foram dispostos logo após as palavras do editor, ou seja, foram iniciais em suas respectivas edições, como se, tão logo abrisse o impresso, já se quisesse ressaltar, para o leitor, o apelo em torno do tema (Figuras 1 e 2). O terceiro (Figura 3) ocupou o meio da edição. Conforme Chartier (2002b, p. 244),

Organizados por uma intenção, a do autor ou do editor, esses dispositivos formais visam a forçar a recepção, a controlar a interpretação, a qualificar o texto. Estruturando o inconsciente da leitura (ou da escuta), eles são os suportes do trabalho da interpretação. Tanto a imposição como a apropriação do sentido de um texto dependem, pois, de formas materiais cujas modalidades e ordenações, consideradas por muito tempo como insignificantes, delimitam as compreensões desejadas ou possíveis. *Forms effect meaning*: contra todas as definições unicamente semânticas dos textos, McKenzie lembra com vigor o valor simbólico dos signos e das materialidades.”

A forma calculada de organizar onde apareceram esses textos nas edições do impresso esteve, portanto, sob o crivo das mediações dos editores, que empreenderam uma hierarquização dos assuntos, destacando a temática dos pais e de seu papel na estruturação das APAEs.

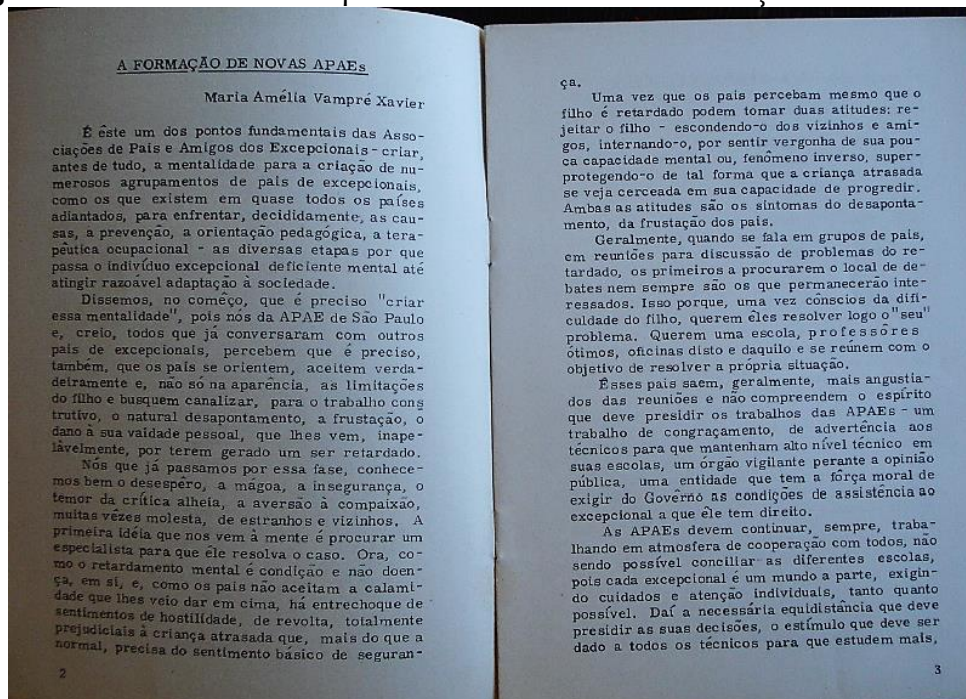
Figura 1 - Texto no início do periódico exortando pais de excepcionais a

criarem novas APAEs



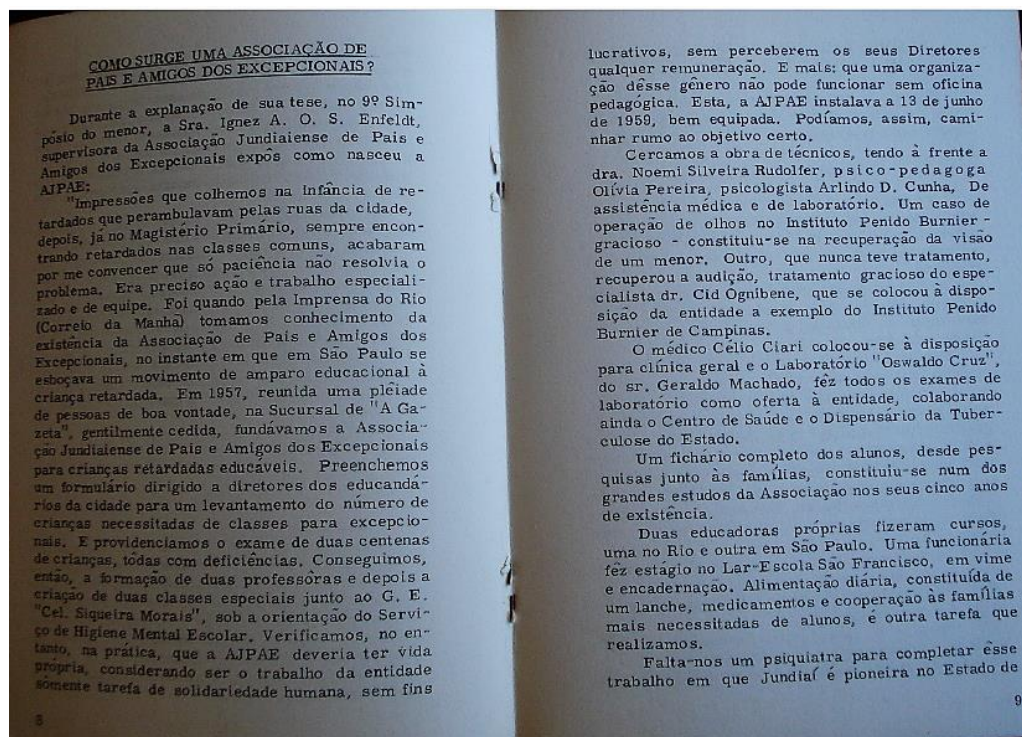
Fonte: Mensagem da APAE (v. 1, n. 1, p. 2, jan. 1963).

Figura 2 - Texto no início do periódico defendendo a formação de novas APAEs



Fonte: Mensagem da APAE (v. 1, n. 3, p. 2-3, 1963).

Figura 3 - Texto sobre formação de uma APAE no meio da encadernação do periódico



Fonte: Mensagem da APAE (v. 1, n. 5, p. 8-9, 1963).

A recorrência desse tema em 1963 é ainda melhor compreendida pelo fato de que, da sua fundação, em 1962, até 1965, a Federação das APAEs esteve sob o comando de Clemente Filho. Este, por sua vez, considerava de suma importância o trabalho de educação e mobilização dos pais, sendo ele um pai de excepcional empenhado nessa atividade. Segundo Clemente Filho (1965, p. 5, grifos meus), “[...] as associações de pais, pela própria força das ideias que propagam, constituem a espinha dorsal, os fundamentos de qualquer programa de ataque ao retardamento mental”. Foi, aliás, por esse motivo que o apaeano, apesar das dificuldades, defendia e manteve a publicação de *Mensagem da APAE* nos primeiros anos do impresso, motivando sua continuidade nas gestões posteriores da Federação. Ele destacava a importância dessa orientação aos pais, que poderia ser dada e replicada pelos impressos institucionais, tendo sido, inclusive, o organizador de uma espécie de manual, adaptado da Narc, sobre como fundar uma APAE, chamado *Guia para a formação de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais*. Em suas palavras,

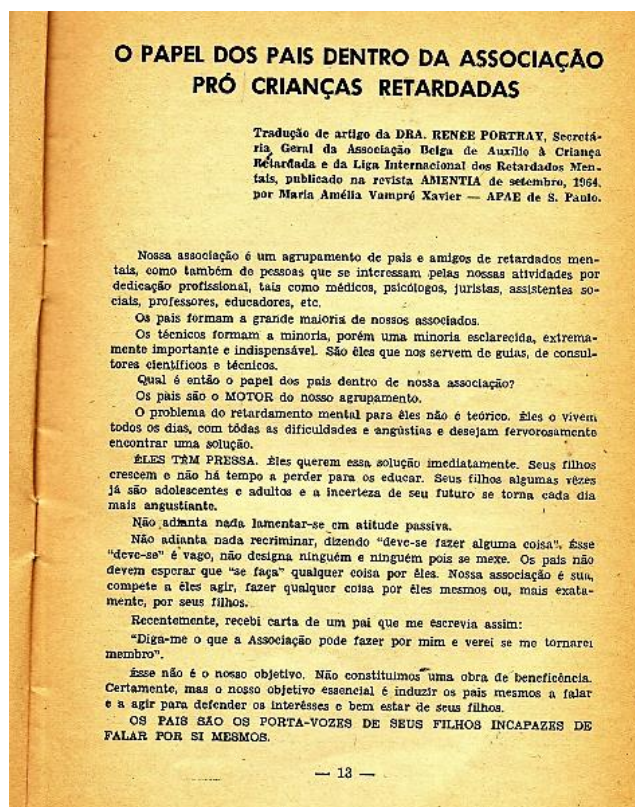
Tratava-se, portanto, de disseminar APAEs por este Brasil, semeando núcleos de conscientização do problema, vozes a clamar pelos direitos postergados dos

retardados mentais. O esforço na diretoria desenvolveu-se por isso, sobretudo no sentido de *proporcionar a fundação de novas associações de pais*. Foi preparada uma pequena brochura, que condensava a experiência provinda da fundação de algumas APAEs, com a experiência maior da NARC norte-americana, resumida em publicação na qual se inspirara aquela nossa. *Procurou-se dar a essa pequena publicação a maior difusão possível, para que pudesse cair em mãos de pessoas interessadas e motivá-las*. Ao longo destes dois anos [1963-1965], muitas APAEs se fundaram; muitas foram fundadas seguindo passo a passo as instruções do livreto, outras foram reorganizadas nos moldes preconizados; grande número se beneficiou dos seus conselhos e da experiência que ele retratava (Clemente Filho, 1965, p. 5, grifos meus).

A perspectiva de aconselhamento dos pais esteve presente, ainda, em outros momentos. O volume único de 1965 publicou uma tradução sobre o assunto, a fim de orientar os apaeanos quanto ao papel dos pais em uma associação pró crianças retardadas (Portray, 1965). Nessa mesma edição, abriu-se espaço para a publicar outro texto traduzido, que visava abordar *Técnicas em grupo no trabalho com os pais de crianças retardadas: visão genérica* (Dybwad, 1965) e, ainda, foram traduzidas as *Sugestões de uma mãe duma criança retardada: algumas indicações para técnicos* (Patterson, 1965). No último número de 1968, foi traduzida a carta de uma mãe sul-coreana (Lee Choi, 1968), endereçada ao IV Congresso da Liga Internacional das Sociedades para os Retardados Mentais, a respeito da necessidade de organizar as associações de pais para dar-lhes auxílio educativo. Conforme *Mensagem da APAE*, a carta fora transcrita nesse periódico “[...] pelo que revela de semelhança entre as condições brasileiras e coreanas no campo da Deficiência Mental” (Le Choi, 1968, p. 38).

Nota-se, portanto, uma intencionalidade nessas traduções, endossadas pela Federação das APAEs, qual seja, (con)formar os pais para torná-los “PORTA-VOZES DE SEUS FILHOS INCAPAZES DE FALAR POR SI MESMOS” (Portray, 1965, p. 13, destaque da revista), isto é, “[...] induzir os pais mesmos a falar e a agir para defender os interesses e bem estar de seus filhos” (Portray, 1965, p. 13). A questão era tão central que até mesmo letras em caixa alta foram usadas, no corpo do texto, de forma a se chamar a atenção do leitor, pela forma e pelo conteúdo, para essa mensagem (Figura 4), assim disposta:

Figura 4 - Tradução publicada no periódico, enfocando o papel modelar dos pais de excepcionais



Fonte: Mensagem da APAE (ano III, ns. 1 a 4, p. 13, jan. - dez. 1965).

Tal abordagem temática, que podia ser lida nesses textos e dada a ver pela materialidade do impresso *Mensagem da APAE*, visava realçar o valor da iniciativa privada e das associações nos moldes do pensamento pragmático norte-americano, afastando os pais da suposta passividade a que poderiam estar sujeitos. Estes é que, conscientes do problema do excepcional e de suas necessidades, deveriam mobilizar o governo, e não o oposto. Certamente, esse procedimento vinha obtendo mais chances de êxito na democracia liberal estadunidense, pois, no Brasil, desde o golpe de 1964, sequer se vivia uma democracia, e os recursos econômicos das associações de pais eram, por aqui, muito mais escassos, o que deu margem para que os apaeanos reforçassem a tática de *intimismo à sombra do poder*, para usar a clássica expressão de Coutinho (1976), aproximando-se dos militares durante a ditadura civil-militar (1964-1985) (Cf. Bezerra, 2020b).

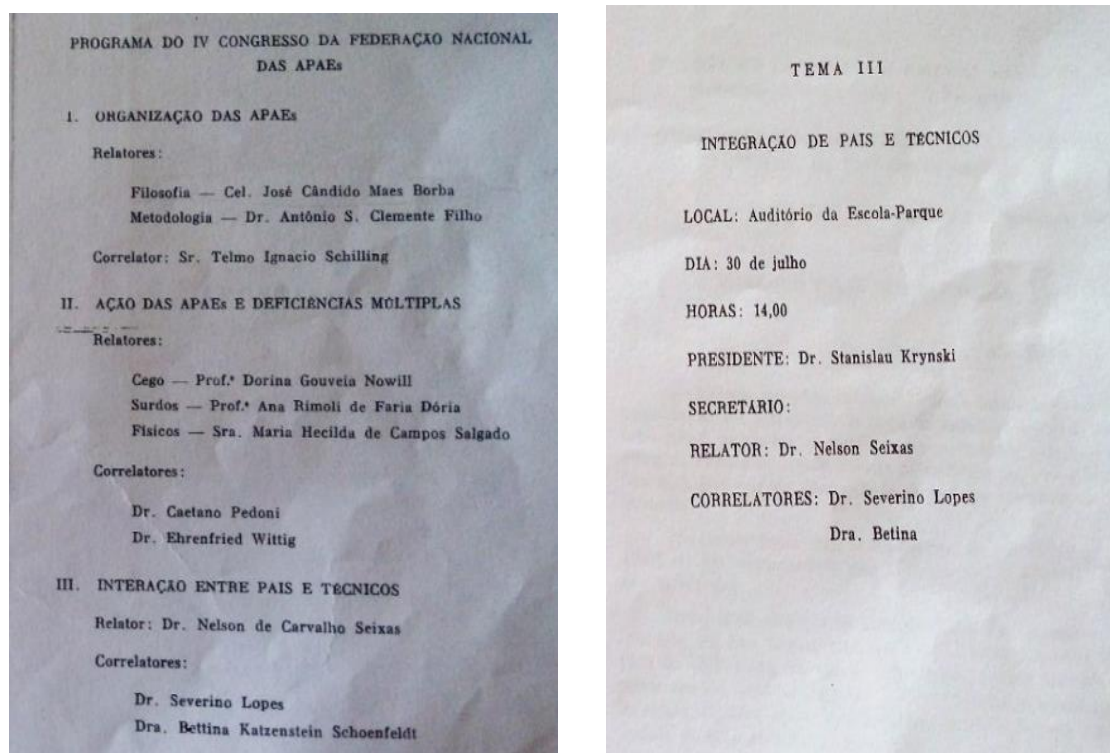
Ademais, semelhante atitude, no caso brasileiro, apenas corroborava a desatenção das autoridades públicas para o “problema”, que deixavam a cargo da família e dos particulares as responsabilidades educativas quanto aos excepcionais e à organização de

serviços especializados. E, mais uma vez, nos planos material e simbólico, produzia-se, um sentido que era veiculado não só pelo texto, mas pelas escolhas editoriais das traduções, pela intencionalidade com que eram dispostas, tendo em vista que:

Um texto [...] está sempre inscrito em uma materialidade: a do objeto escrito que o porta, a da voz que o lê ou o recita, a da representação que o dá a ouvir. Cada uma dessas formas é organizada de acordo com estruturas próprias que desempenham um papel essencial no processo de produção de sentido. Para ficar no escrito impresso, o formato do livro [e, por analogia, destaca-se também o dos impressos periódicos, ora visados], as disposições da paginação, os modos de recorte do texto, as convenções tipográficas são investidos de uma ‘função expressiva’ e sustentam a construção da significação (Chartier, 2002b, p. 244).

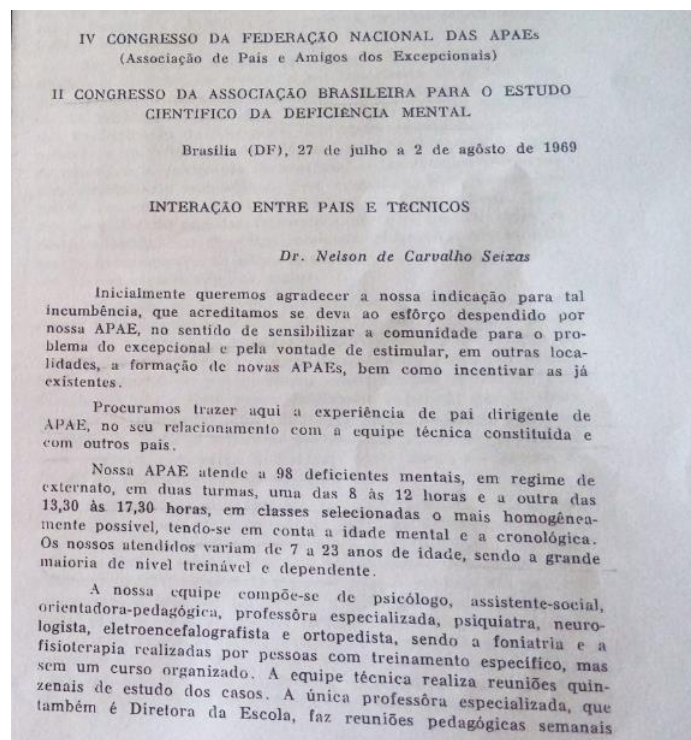
Uma dessas significações é que, para os apaeanos, insistir na educação dos pais foi uma estratégia importante para também harmonizar as relações - por vezes conflituosas - destes com os técnicos. Um dos temas discutidos no IV Congresso da Federação das APAES, em 1969, foi justamente a interação ou integração entre esses agentes, pois, naquelas circunstâncias, a entidade se preocupava pelo fato de que, “[...] infelizmente, *um grande vácuo separa técnicos e pais*. E este é um grave problema, que está a merecer a atenção de todos os responsáveis pela sorte dos excepcionais de nossa terra” (Oliveira, 1969, p. 161, grifos meus). A questão tanto merecia ser lembrada e discutida que *Mensagem da APAE* de 1969, a única do ano, trouxe seus leitores o registro da programação e os anais desse Congresso (*Figuras 5 e 6*). Destarte, os apaeanos, mesmo aqueles que não tivessem participado do evento, poderiam ser (in)formados sobre o tema, ampliando seu potencial de divulgação, além de se preservar a memória das realizações apaeanas na e pela materialidade da revista.

Figura 5 - Programa do IV Congresso da Federação das APAEs, com ênfase na interação entre pais e técnicos



Fonte: Mensagem da APAE (ano VI, n. 5, p. 23 e 143, respectivamente, out. - dez. 1969).

Figura 6 - Discussão do tema “interação entre pais e técnicos” no IV Congresso da Federação das APAEs



Fonte: Mensagem da APAE (ano VI, n. 5, p. 145, out. - dez. 1969).

Tornava-se fundamental que os pais fossem esclarecidos pelos técnicos, pois, segundo Oliveira (1969, p. 161, grifos meus), “[...] mais do que um direito, o

esclarecimento do estado do deficiente fará com que os pais se constituam em auxiliares do tratamento e não em um estorvo. É do recíproco interesse, portanto, de médicos e técnicos e de pais, o diálogo pelo qual nos batemos”. Esses profissionais deveriam “[...] fazer dos pais coadjuvantes do tratamento. E como fazê-los coadjuvantes, sem os ensinar como se conduzirem, sem lhes dizer o que há com o filho e como este deve ser tratado?” (Oliveira, 1969, p. 162). Entendia-se que o sucesso de qualquer trabalho educativo com os excepcionais demandava instruir os pais e familiares, porque “[...] o pai desinformado não se limita a deixar de contribuir; pior do que isso; destrói inconscientemente o trabalho de médicos, psicólogos e técnicos em geral” (Oliveira, 1969, p. 162). Desse modo, o conhecimento objetivo e técnico-científico deveria ser repassado pelos técnicos aos pais, para que estes compreendessem o problema, se tornassem emocionalmente ajustados e, assim, pudessem ofertar ao filho excepcional condições de progredir na educação formal ou não formal, na integração social e na profissionalização. *Mensagem da APAE* divulgava que “No problema do excepcional é preciso, muitas vezes, educar também pai e mãe, senão nada se conseguirá fazer, porque a tarefa escolar tem que continuar pela ação familiar” (Problema..., 1963, p. 10). Sob um viés psicologizante, o ajuste familiar era tido como a base educacional para esses indivíduos excepcionais, pois

É, a partir da aceitação e do amor dos pais, que se inicia a recuperação ou a superação dos problemas e motivos da criança excepcional, pois só isso dará a ela aquele sentimento de segurança que lhe permitirá um aproveitamento escolar ou um treinamento profissional melhor. Da sua afirmação familiar depende a integração educacional, profissional e social do deficiente (Oliveira, 1969, p. 154, grifos meus).

Diante do exposto, entende-se que a premissa norte-americano de educação no lar, pelos pais (Cf. Andrade, 2014; Vieira, 2012), foi, em certa medida, um princípio incorporado pela pedagogia apaeano, ainda que de forma adaptada, pois não negava a educação dos excepcionais em espaços institucionalizados, que podiam ser formais ou não, mas assegurou, em contrapartida, ampla influência às práticas educativas domésticas e informais. Fazia parte da filosofia das APAEs o pressuposto da educação no e pelo lar, como forma de otimizar a educação que seria ofertada em ambientes especializados, substituindo-os, em caráter emergencial, quando estes não existissem. Não por acaso circulou, desde 1956, entre os apaenos, o livro estadunidense, traduzido

pela própria APAE, chamado *Os três 'R' para o retardado (repetição, relaxação e rotina): um programa para o ensino da criança retardada no lar*, de autoria de Naomi H. Chamberlain e Dorothy H. Moss.¹¹ Como pontuou Borba (1969, p. 40-41, grifos meus) no IV Congresso da Federação das APAEs, quando esse tema esteve em debate:

Sentindo a responsabilidade que lhes cabia na orientação e educação dos seus filhos deficientes e conscientes do que para eles representava a integração desses indivíduos na sociedade, os pais tomaram para si a responsabilidade de determinar os objetivos a alcançar. Disseram o que queriam que se fizesse de seus filhos. Neste momento, solicitaram a colaboração inestimável dos educadores, médicos, especialistas, enfim, dos técnicos em geral, para que pudessem mais rapidamente atingir o que tanto desejavam. Antes, eram os técnicos que fixavam esses objetivos, para os quais os pais eram chamados a prestar a sua ajuda. Porque pouco ou nada sabiam a respeito de deficiência mental. Com este movimento, uma nova filosofia era estabelecida e, graças a essa nova concepção, as APAEs cresceram e se multiplicaram, tendo franca aceitação, quer no meio técnico, quer no meio familiar.

O destaque à família como instância educativa privilegiada torna-se compreensível porque eram poucas as instituições educacionais para excepcionais no Brasil de então e nem todas as APAEs, necessariamente, abriam uma escola ou só o faziam após algum tempo de atuação comunitária. É preciso ponderar ainda que, nesse momento, a oferta de serviços especializados e de técnicos era escassa e precária, de maneira que os pais, orientados por agremiações como as APAEs e seus impressos, precisavam ser multiplicadores do que aprendiam, educando uns aos outros e se convertendo em “técnicos” e educadores “(pseudo)especializados” dos próprios filhos. Prática essa que endossava a representação de que, ao menos paliativamente, quaisquer agentes poderiam educar as pessoas com deficiência, desde que estivessem sensibilizadas para essa tarefa, “[...] dando-lhes a necessária compreensão, a solidariedade desejável e o amor que elas merecem, porque os deficientes precisam realmente de amor e compreensão, solidariedade e afeto [...]” (Pedoni, 1969, p. 88). Semelhante representação acabou ganhando espaço no campo da excepcionalidade porque eram poucos os pais que estavam, de fato, em condições de estabelecer um diálogo científico e tão elaborado com os técnicos, como apontado por Borba (1969).

¹¹ CHAMBERLAIN, N. H.; MOSS, D. H. *Os Três “R” para o retardado (Repetição, relaxação e rotina)*. Rio de Janeiro: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, 1956.

Somente tinham possibilidades de fazê-lo os fundadores e dirigentes apaeanos, na cúpula das associações e da Federação das APAEs, ou aqueles pais em situação econômica mais vantajosa, letrados. O viés afetivo e caritativo, portanto, era a principal forma de atingir os outros pais, em particular aqueles das classes mais pobres, que eram visados pelas APAEs, em sua perspectiva assistencialista, filantrópica e educacional-higienista. Essa era a abordagem predominante. Foi a partir dela que discursou o deputado Padre Godinho¹², em agosto de 1968, na Câmara dos Deputados federais, em expediente no qual se homenageava a criança excepcional, a partir de requerimento enviado ao Plenário da Casa pelo apaeano e então deputado Justino Pereira. O discurso de Godinho, com intervenções de Ruy Santos¹³ e outros políticos presentes na sessão, foi republicado como um dos primeiros textos de *Mensagem da APAE* de [1972?], logo após o editorial e de uma circular da Federação, quando Pereira era presidente dessa entidade, deixando perceber a concordância e o apreço da Federação por essas palavras, que precisavam ser lidas e (re)conhecidas pelos demais apaeanos e leitores do impresso.

Antes de citar propriamente tais palavras, é válido ressaltar que, em *Mensagem da APAE*, a informação é de que o discurso de Godinho teria sido proferido em agosto de 1970, informação que não procede. Godinho fora cassado em 1969! Consultando os arquivos da Câmara Federal *on-line*, pode-se comprovar, de fato, que esse discurso foi proferido em 1968, no dia 29 de agosto (Cf. Brasil, 1968). O que teria provocado tal equívoco? Seria o fato de que, em 1970, Justino Pereira, então deputado e presidente da Federação das APAEs, também discursou, na Câmara dos Deputados Federais, sobre a Semana Nacional da Criança Excepcional e os possíveis avanços legais em relação à problemática dos excepcionais, tendo, inclusive, rememorado aquele discurso de Godinho (Cf. Brasil, 1970)? Teria o próprio Justino se equivocado no envio dos textos para edição do periódico, ou, pelo menos, trocado as datas? Negligência dos editores e

¹² Padre Godinho, cujo nome completo era Antônio de Oliveira Godinho (1920-1992), foi deputado federal pelo estado de São Paulo de 1963 a 1969. Teve certa proximidade com os apaeanos, estando presente, inclusive, na reunião de 1962, que deu origem à Federação Nacional das APAEs, quando era deputado estadual por São Paulo. Inicialmente, apoiou o golpe civil-militar de 1964, filiado ao partido governista, a Arena, mas, depois, “Desencantado porém com as ‘cassações e torturas’, conforme declararia, desligou-se rapidamente dessa agremiação, filiando-se ao partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nessa legenda foi reeleito deputado federal por São Paulo no pleito de novembro de 1966” (Antonio..., 2009, n.p.). Em fevereiro de 1969, acabou tendo seu mandato cassado, com base no AI-5 decretado em 1968, além de ter perdido seus direitos políticos por dez anos (Cf. Antonio..., 2009).

¹³ Ruy Santos (1906-1985) foi deputado federal, pela Bahia, nos seguintes momentos: 1946-1959, 1960 e 1962-1971. De 1971 a 1979, foi senador pelo mesmo estado. Durante a ditadura civil-militar, esteve filiado à Arena (Cf. Santos..., 2009).

revisores, como diria Chartier (2002a, 2007)? Uma estratégia do periódico para fazer crer que o texto era mais atual do que, de fato, era? Difícil responder a essas questões. Talvez todas tenham implicância no fato de o ano do discurso de Godinho aparecer de forma incorreta em *Mensagem da APAE* de [1972?], do qual transcreve-se a seguinte passagem:

O SR. PADRE GODINHO:

[...]

São as mais variadas as causas do retardamento mental. Se tomarmos como base os escassos conhecimentos atuais, elas podem ser distribuídas por três categorias principais:

1 - retardamento mental de origem incerta, cuja manifestação é a reduzida habilidade para aprender;

2 - retardamento mental associado a certo número de condições ou de enfermidades identificadas especificamente;

3 - retardamento mental associado com doenças e condições de origem desconhecidas e incertas, mas com estigmas físicos evidentes.

Os retardados do primeiro grupo constituem a maioria e não apresentam evidência de lesões cerebrais. A falta de oportunidade de aprender nos primeiros anos de vida juntam-se outras condições adversas como a subalimentação, maus hábitos de saúde e higiene, falta de cuidados pré-natais e pós-natais, perturbações emocionais, deficiência de moradia etc., o que empobrece o desenvolvimento intelectual da criança, causando nela o retardo benigno.

O sr. Ruy Santos:

Possivelmente V. Exa., no desdobramento do seu discurso, vai chegar até lá, mas, nesse primeiro grupo, constituído geralmente de crianças mais pobres, sabe V. Exa. que se tem de levar em conta o próprio despreparo dos pais. Não têm orientação, aceitam o fardo morto como castigo do céu e não estão preparados para buscar a reabilitação que se impõe. Daí esses retardados devem receber muito maior cuidado do que aqueles de família de nível melhor, em que a educação planta com mais facilidade a semente do conhecimento ou da interpretação do fenômeno.

O SR. PADRE GODINHO:

Sem dúvida é a causa última e profunda. [...] (Discurso..., [1972?], p. 12-13, grifos meus).

Aliás, entre as décadas de 1960 e 1970, as APAEs partiam justamente do pressuposto da higiene social e mental, que, no Brasil, já perdera força, como demonstrava a situação das antigas “Ligas de Higiene Mental, que se vão infelizmente extinguindo” (Mesa Redonda...1968, p. 3). No caso dos “deficientes”, porém, essa abordagem foi adotada, ainda nessas décadas, como estratégia para justificar a necessidade de assistência e educação aos excepcionais, não só pela sua presumida cientificidade, mas também pelo fato de que coadunava-se com a moral cristã que

embasava as representações apaeanas em voga. Logo, era imprescindível educar e assistir o mentalmente deficiente, porquanto tal atitude representaria “[...] sábia medida de investimento, governamental e comunitário, que nos dará mais braços para o trabalho, aliviar a sobrecarga dos manicômios, dando cumprimento a sublime princípio cristão” (Pereira, 1973, p. 34).

Por isso, defendia-se a educação da/na família como forma de evitar a delinquência e a perversão dos excepcionais (Oliveira, 1969; Problema..., 1963), que poderiam se tornar, desassistidos, um duplo problema social, isto é, deficientes e delinquentes. Tais eram as representações (Chartier, 1990, 1991) daquele período. Um texto publicado no impresso da Federação alertava que, do ponto de vista da pedagogia legitimada pela entidade,

[...] de nada valem metodologias educativas ou que outros nomes tenham, se não forem amparadas, antecipadas até ou complementadas por medidas de longo alcance e resultados mais eficientes, de caráter preventivo. Por mais difícil que seja ou mais dispendioso que se apresente, é necessário, é absolutamente urgente intensificar o trabalho que vise melhorar a situação econômica e higiênica da família, esclarecer os pais sobre os problemas educativos, sobretudo sobre a importância da formação de bons hábitos e sobre a gravidade da carência afetiva, por intermédio de escolas de pais, de publicações, do rádio, da televisão, do cinema; preocupar-se também com os lazeres da criança, com a criação de clubes preventivos, realização de visitas instrutivas, de viagens organizadas, e outros meios educativos; submeter a criança a um exame precoce e aprofundado, com vistas a um tratamento e a uma educação apropriadas [sic], logo no aparecimento dos primeiros sinais de anomalia. Enfim lutar contra o alcoolismo, censurar e controlar filmes não recomendáveis, aperfeiçoar as organizações de higiene mental, desenvolver a formação profissional dos diferentes responsáveis pela pedagogia especializada, que devem ser verdadeiros educadores especializados e não apenas instrutores (Caetano, 1966, p. 20, grifos meus).

Com essas medidas “pedagógicas”, preservavam-se, então, os bons costumes, a ordem e a higidez social. Uma vez que “Poucos [sic] podem fazer outras agências educativas, se a base, que é a família, é falha” (Lacaz, 1964, p. 20), passava-se a defender a tese de que “[...] os pais, desde cedo, mantenham esta família dentro de hábitos, de costumes e de códigos de moral sadios, favorecendo a criação de uma ‘sociedade organizada’” (Lacaz, 1964, p. 20). A tônica desse discurso, representado na época como técnico-científico, muito embora fosse mais de cunho moralizante-conservador, ainda pôde ser observada neste trecho, datado de 1963, sobre o problema dos excepcionais:

É comum, hoje, infelizmente, a ruptura do vínculo matrimonial por falta de afeto. O desquite causa alarme. *A dissolução do vínculo matrimonial pelo desquite é um verdadeiro cancro da sociedade brasileira. Quando há ruptura do vínculo matrimonial, a prole propende à má saúde mental. Pais que brigam muito formam nos filhos personalidades deformadas. Observou-se que, com muita frequência, os psicóticos, neuróticos, delinquentes, etc., provêm de pais desunidos e não de pais que se amam e se dignificam [...].*

A tarefa educativa torna-se frustradora diante de pais tão pobres de senso de responsabilidade.

[...]

A família brasileira está doente e gravemente ameaçada. Atualmente, para ingresso nas várias funções são exigidos diplomas, atestados de competência. E para construir família o que se exige? Nada. Absolutamente nada! Para a constituição de uma boa família e para garantir uma prole saudável - a parte mais importante de uma sociedade com pouca probabilidade de surgirem neuróticos, psicóticos, desajustados, débeis - não se exige coisa alguma! O menor, cuja família se desintegra, vive abandonado. Só é atendido quando transgride as leis! É preciso trabalhar muito, hoje mais do que nunca, pela reestruturação da família brasileira. Conhecendo os problemas, ou procurando conhecê-los, deve existir uma grande preocupação em evitá-los e solucioná-los. É preciso que se formem sociedades de higiene mental com clínicas para casais, noivos. É preciso orientá-los, para manter o laço matrimonial afetivo que os une. Orientá-los sobre os filhos, desde a fecundação até a educação deles (Problema..., 1963, p. 7-8, grifos meus).

Tal enfoque na (re)educação e (re)estruturação familiar esteve tão presente no decênio abordado por esta pesquisa que o V Congresso da Federação das APAEs, em 1971, teve “[...] como tema oficial ‘Dinâmica Familiar do Deficiente Mental’. Além de alertar os poderes públicos, torna-se necessário mostrar também que cabe à família uma grande parcela de responsabilidade na educação do excepcional” (Britto, 1973, p. 25). Por isso mesmo, o “déficit” cultural, econômico e psicológico de algumas famílias, especialmente aquelas economicamente mais vulneráveis, explicaria, em parte, a incidência elevada de “deficiência mental”, associada à desestruturação e aos desajustes familiares. Na ótica apaeana, essa era uma das explicações mais avançadas naquela conjuntura, porquanto:

Fator predominante nos estudos sociais é o conceito de ‘lar dissociado’. Infelizmente, grande é o número de lares, em todas as partes do mundo, que têm apenas o nome de ‘lar’. *Divórcios, desquites, separações sem conta, são apenas a simbologia numérica de pseudo-lar. Tal fato leva a uma investigação em profundidade das más condições familiares como causa fundamental de inúmeros problemas psiquiátricos da infância e da adolescência.*

[...]

Se tais questões levantam problemas extremamente sérios à criança em geral, a situação se torna muito mais grave ainda com relação às crianças excepcionais de toda a sorte (Krynski, 1964, p. 13, grifos meus).

Consequentemente, foi se difundindo a representação (Chartier, 1990, 1991) de que a criança vinda de um possível “lar desestruturado” coincidiria com a criança excepcional, desajustada, problemática e carente, o que fazia da “deficiência mental”, em grande parte, um problema familiar, circunscrito ao âmbito sócio-cultural. O socialmente desprivilegiado acabava sendo visto, portanto, como o mentalmente deficiente e vice-versa, entrecruzando as representações de mundo dos agentes que se colocavam no campo da excepcionalidade. Como resultado, as crianças dos estratos sociais mais vulneráveis eram afastadas da escola comum, por serem incapazes e inaptas para o aprendizado acadêmico, o que só reforçava sua suposta “deficiência” e as tornava invisíveis para essa instituição. Como certa vez declarou Clemente Filho (1964, p. 57, grifos meus), “Nos registros escolares mal chegam a aparecer aquelas [crianças retardadas] que se enquadram nos limites próximos da escolaridade; as outras, *as mais afastadas da normalidade, de aprendizado mais árduo, não chegam a figurar nas estatísticas escolares*”.

Naquele momento, prevalecia, portanto, a tese de que “Está determinada uma forte correlação entre deficiência mental e condições sociais precárias. A grande maioria dos deficientes mentais provêm de famílias das classes sociais - mais desfavorecidas” (Subsídios..., 1973, p. 49). Com certa insistência, era alegado que “[...] o problema da deficiência mental decorre diretamente de subdesenvolvimento econômico e cultural, na grande maioria dos casos” (Subsídios..., 1973, p. 109). Assim, era forjada a teoria do retardo cultural do pobre, à base do qual emergia o retardo mental, dispensando-se uma investigação mais apurada dessa deficiência - já presumida - e de suas outras possíveis causas, tanto que “Por falta de melhor conhecimento das causas diretas, a esse grupo majoritário atribui-se o assim chamado ‘retardamento cultural ou sócio-econômico’ (Subsídios, 1973, p. 49). Daí tornar-se tão alarmante o problema do excepcional e a insistência dos apaeanos em educá-lo - como também a seus pais - em ambientes que compensassem suas limitações e privações, reabilitando-o para a vida social, principalmente de maneira a “[...] treiná-lo e torná-lo apto para um emprego rotineiro [...]” (Clemente Filho, 1964a, p. 58).

Essa metodologia educativa foi, assim, conferindo grande visibilidade às APAEs e, de certo modo, imprimiu-lhes uma missão civilizadora no Brasil, no que tangia à sensibilidade popular sobre cuidados devidos com os excepcionais e sobre formas de se

compreender a “deficiência mental”, representada sob o ângulo da filantropia, da moralidade e da higidez social. As diversas traduções publicadas no periódico devem ser entendidas exatamente no bojo dessa “missão educativa”, uma vez que, naquele momento, os apaeanos corroboravam a ideia de que “[...] a simples tradução, adaptação e divulgação de material técnico e científico publicado em outros países, a centralização de informações, a codificação e organização de bibliografias e currículos, representa enorme progresso [...]” (Subsídios..., 1973, p. 110). Tais eram as intenções dos editores, condizentes com aquilo que ensina Chartier (1990, 1991, 2002a,b). Desse modo, o periódico materializava, também, uma espécie de “biblioteca apaeana”, como receptáculo de leituras autorizadas e recomendadas pela Federação, o que promoveu uma identidade apaeana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, foram apresentadas discussões, a partir da textualidade e materialidade do impresso periódico *Mensagem da APAE*, a fim de explicar como se constituiu a proposta educativa da APAE no tocante aos pais de excepcionais, razão de ser da instituição. Endossar a tese de que a “deficiência mental” era o grande problema nacional daquele período foi vantajoso aos apaeanos “filantropos”, que podiam, então, mobilizar o discurso da benemerência, do moralismo (cristão) e do apoio social às famílias e aos desamparados brasileiros, inclusive estabelecendo alianças com os governos ditatoriais do período militar (1964-1985). Tais reflexões são oportunas para se pensar, na atualidade, as repercussões das representações das APAEs e congêneres, de sua abordagem pedagógico-filantrópica, especialmente em momentos como o que vivemos, nos quais se (re)vivem discursos moralizantes sob o signo de “Deus, Pátria e Família”. Também quando se acirram as disputas entre os modelos educativos (educação no lar, educação especial substitutiva e/ou inclusiva) retomar essa história pode ser uma estratégia para se pensar novos caminhos, não moralizantes ou caritativos, mas sintonizado aos novos tempos, às novas demandas e às novas necessidades específicas dos familiares e de seus entes com alguma deficiência.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRINA, Dinéia. Auxílio e proteção às crianças anormais. *Careta*, Rio de Janeiro, ano XLVII, n. 2422, p. 25-26 e 35. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=083712&pasta=ano%20195&pesq=%22George%20Bemis%22&pagfis=100379>. Acesso em: 15 jul. 2023.

ANDRADE, Édison Prado de. *A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação*. 2014. 403 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-10112014-111617/pt-br.php>. Acesso em: 20 maio 2017.

ANTONIO de Oliveira Godinho. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2009. Não paginado. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-de-oliveira-godinho>. Acesso em: 10 abr. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *NBR 6023:2018: informação e documentação: referências - elaboração. Versão Corrigida 2*. Rio de Janeiro, 2020.

BEZERRA, Giovani Ferreira. *A Federação Nacional das APAEs e seu periódico (1963-1973): estratégias, mensagens e representações dos apaeanos em (re)vista*. 2017. 340 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017. Disponível em: <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/Tese%20Final-%20Giovanni%20Ferreira.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BEZERRA, Giovani Ferreira. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE): delineamento de uma gênese histórica. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 27, n. 1, p. 97–123, 2020a. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/14728>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BEZERRA, Giovani Ferreira. Strategies of federated APAEs to impact the education and assistance of exceptionals in Brazil: A historical analysis between the years 1960 and 1970. *Education Policy Analysis Archives*, [S. l.], v. 28, p. 82, 2020b. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5140>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, 29 de agosto de

1968. Seção I (Suplemento ao n. 147), Grande Expediente, p. 9-10. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD29AGO1968SUP.pdf#page=9>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. *Diário do Congresso Nacional*, Brasília, ano XXV, n. 105, 3 de setembro de 1970. Seção I, Explicação Pessoal, p. 4371-4372. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD03SET1970.pdf#page=17>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

CHARTIER, Roger. Bibliografia e História Cultural. In: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002b. p. 243-254.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 2. ed. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). *Práticas da Leitura*. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 77-105.

CHARTIER, Roger. *Inscrever & apagar: cultura escrita e literatura (séculos XI – XVIII)*. São Paulo: Unesp, 2007.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <[http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/CHARTIER O mundocomorepresentacao.pdf](http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/CHARTIER%20mundocomorepresentacao.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2014.

CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002a.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura brasileira: um intimismo deslocado, à sombra do poder?. *Cadernos de Debate*, São Paulo, nº 1, p. 65-67, 1976.

HISTORY of the ARC. In: *The ARC: for people with intellectual and developmental disabilities*. Washington D.C., 2016. Disponível em: <<http://www.thearc.org/who-we-are/history>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

JANNUZZI, Gilberta de Martino; CAIADO, Katia Regina Moreno. APAE: 1954 a 2011: algumas reflexões. Campinas: Autores Associados, 2013.

MALTA, Márcio. 100 anos de Careta: o Jeca a identidade nacional nas charges. *Projeto História*, São Paulo, n. 36, p. 377-386, jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2367/1443>. Acesso em: 15 jul. 2023.

NOVE mil crianças anormais no Distrito Federal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 nov. 1957. Primeiro Caderno, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_06&pasta=ano%20195&pesq=%22NOVE%20mil%20crian%C3%A7as%20anormais%22&pagfis=83744. Acesso em: 15 jul. 2023.

PONTO IV. In: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv>. Acesso em: 15 jul. 2023.

RAFANTE, Heulalia Charalo. *Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a Educação Especial do Brasil*. 2011. 311f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

SANTOS, Rui. In: DICIONÁRIO Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2009. Não paginado. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/santos-rui>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

SILVA, José A. C. Careta já era muito louca. In: *Imparcial*, 2018. Disponível em: <https://jornalimparcial.com.br/careta-ja-era-muito-louca/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

VIEIRA, André de Holanda Padilha. “Escola? Não, obrigado”: um retrato da *homeschooling* no Brasil. 2012. 77 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3946/1/2012_AndredeHolandaPadilhaVieira.pdf. Acesso em: 20 maio 2017.

Textos de Mensagem da APAE

BORBA, José Cândido Maes. Filosofia das Apaes. *Mensagem da APAE*, [S.l.], ano VI, n. 5, p.39-44, out. - dez. 1969.

BRITTO, Ignez Félix Pacheco de. Discurso pronunciado pela Sra. Ignez F. P. Britto. *Mensagem da APAE*, Belo Horizonte, p. 23-27, 1973.

CAETANO, José Gomes. Considerações metodológicas no tratamento da deficiência mental. *Mensagem da APAE*, São Paulo, ano IV, ns. 1 a 4, p. 20-22, jan. - dez. 1966.

CLEMENTE FILHO, Antônio dos Santos. A Federação Nacional das Apaes: discurso do Dr.

Antônio S. Clemente ao transmitir a Presidência. *Mensagem da APAE*, São Paulo, ano III, ns. 1 a 4, p. 5-6, jan.- dez. 1965.

CLEMENTE FILHO, Antônio dos Santos. Semana Nacional da Criança Retardada: palestra proferida pelo Dr. Antônio dos Santos Clemente Filho no Rotary Club de São Paulo, Leste, em 22 de agosto de 1963. *Mensagem da APAE*, São Paulo, ano II, n. 2, p. 56-59, abr.- jun. 1964.

COMO SURGE uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais? *Mensagem da APAE*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 8-13, 1963.

DISCURSO do Padre Godinho na Câmara Federal em 1970 (agosto). *Mensagem [da APAE]*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, p. 9-18, [1972?].

DYBWAD, Gunnar. Nem todos são iguais. *Mensagem da APAE*, São Paulo, ano III, ns. 1 a 4, p. 17-20, jan. - dez. 1965.

ESTRAZULAS, Alda Moreira. Apelo aos pais. *Mensagem da APAE*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 2, jan. 1963.

KRYNSKI, Stanislaw. Reflexões em torno da criança excepcional e suas relações com a sociedade. *Mensagem da APAE*, São Paulo, ano II, n. 1, p. 9-18, jan. - mar. 1964.

LACAZ, Carlos da Silva. O problema da criança retardada. *Mensagem da APAE*, São Paulo, ano II, n. 1, p. 19-20, jan. - mar. 1964.

LEE CHOI, Nam Hong. Eu sou a sra. Nam Hong Lee Choi, da Coreia. *Mensagem da APAE*, São Paulo, ano V, n. 4, p. 38-39, out. - dez. 1968.

MENSAGEM DA APAE. Brasília, n. 55, 2022. Disponível em: <https://cdn-apae-dev.s3.amazonaws.com/2212942e-3e62-45b3-af89-01a99cc82d75.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

MESA REDONDA. *Mensagem da APAE*, São Paulo, ano V, n. 2, p. 3, abr. - jun. 1968.

OLIVEIRA, Severina D'Amico de. O relevante problema da conduta de médicos e técnicos diante dos pais de excepcionais. *Mensagem da APAE*, [S.l.], ano VI, n. 5, p. 153-163, out. - dez. 1969.

PATTERSON, Letha L. Sugestões de uma mãe duma criança retardada: algumas

indicações para técnicos. *Mensagem da APAE*, São Paulo, ano III, ns. 1 a 4, p. 21-28, jan. - dez. 1965.

PEDONI, Caetano. Ação das APAEs e deficiências múltiplas. *Mensagem da APAE*, [S.l.], ano VI, n. 5, p. 85-89, out.- dez. 1969.

PEREIRA, Justino Alves. Discurso pronunciado pelo Dr. Justino Alves Pereira. *Revista Mensagem [da APAE]*, Belo Horizonte, p. 29-36, 1973.

PORTRAY, Renée. O papel dos pais dentro da Associação Pró Crianças Retardadas. *Mensagem da APAE*, São Paulo, ano III, ns. 1 a 4, p. 13-15, jan. - dez. 1965.

PROBLEMA dos excepcionais. *Mensagem da APAE*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 4-10, 1963.

SEIXAS, Nelson de Carvalho. Interação entre pais e técnicos. *Mensagem da APAE*, [S.l.], ano VI, n. 5, p.145-149, out. - dez. 1969.

SILVA, Wanderley Nogueira da. Apresentação. *Mensagem da APAE*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1, jan. 1963.

SUBSÍDIOS para um Plano Nacional de Combate à Deficiência Mental (1967). *Mensagem da APAE*, Belo Horizonte, p. 41-155, 1973.

XAVIER, Maria Amélia Vampré. A formação de novas Apaes. *Mensagem da APAE*, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 2 - 4, 1963.

HISTÓRICO

Submetido: 16 de Jul. de 2023.

Aprovado: 10 de Set. de 2023.

Publicado: 02 de Out. de 2023.

COMO CITAR O ARTIGO - ABNT:

BEZERRA, G, F. *Mensagem da APAE (1963-1973): Educar os pais para educarem os excepcionais*. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade - LES**, v. 27, n. 55, 2023, eISSN: 2526-8449